

31 JUL 1985

Andes leva ao MEC proposta de ensino

Reestruturação global das universidades brasileiras, envolvendo as questões de financiamento, regime jurídico, administrati-acadêmica, responsabilidade do Estado com a educação e a política de pessoal docente foram as principais propostas apresentadas pela Associação Nacional dos Docentes (Andes), ontem, ao ministro da Educação, Marco Maciel, para a reformulação do ensino superior no País. O documento de 27 páginas resultou das discussões mantidas durante o Congresso Nacional das Associações de Docentes, realizado em Olinda (PE), no final de junho passado.

Os professores defendem a implementação de um padrão único para a universidade brasileira, cujos princípios norteadores deverão ser o ensino público e gratuito; autonomia e democratização; unificação das condições de pesquisa, ensino e trabalho.

A Andes reivindicou, também, ao ministro Marco Maciel, uma suplementação de Cr\$ 2,8 trilhões para as verbas de custeio das universidades autárquicas federais. Ainda para elas, os docentes querem reajuste trimestral não inferior a 100 por cento do INPC; reposição salarial ao nível de 1970,

através do reajuste igual a 63 por cento em primeiro de outubro; revogação imediata do decreto que impede a abertura de vagas para o magistério superior, dentre outras coisas.

No caso das fundações federais, as principais reivindicações são: reajuste salarial com base no INPC integral; aplicação de 38,5 por cento sobre o salário já reajustado em setembro; reajuste trimestral; adicional por dedicação exclusiva igual a 50 por cento; adicional de 5 por cento; aposentadoria integral através da universidade e verbas para a construção, instalação e manutenção de creches nos locais de trabalho.

A associação dos docentes considera ainda fundamental a expansão das vagas na rede pública de ensino e o congelamento da rede particular. A presidente da entidade, Maria José Feres Ribeiro, explica que as universidades federais possuem uma capacidade ociosa que precisa ser aproveitada, aumentando o acesso ao ensino superior.

O ministro prometeu instalar em agosto uma comissão constituída por representantes da Andes e da Secretaria de Educação Superior, com a finalidade de estudar as reivindicações específicas dos professores das universidades particulares.